

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 30/09/2022	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2021 à 30/09/2021	10
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	12
--------------------------	----

Notas Explicativas	18
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	37
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	38
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	39
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidade)	Trimestre Atual 30/09/2022
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	6.988.146.121
Preferenciais	6.988.146.121
Total	13.976.292.242
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
1	Ativo Total	968.410	749.403
1.01	Ativo Circulante	661.354	288.691
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	489.392	121.137
1.01.02	Aplicações Financeiras	29.482	21.199
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	29.482	21.199
1.01.02.01.03	Aplicações Financeiras	29.482	21.199
1.01.03	Contas a Receber	100.598	78.653
1.01.03.01	Clientes	100.598	78.653
1.01.03.01.01	Contas a Receber	74.991	76.823
1.01.03.01.02	Contas a Receber Partes Relacionadas	8.739	1.830
1.01.03.01.03	Contas a Receber do Poder Concedente	16.868	0
1.01.06	Tributos a Recuperar	21.397	18.586
1.01.07	Despesas Antecipadas	2.486	3.870
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	17.999	45.246
1.01.08.03	Outros	17.999	45.246
1.01.08.03.02	Pagamentos Antecipados Relacionados à Concessão	17.592	44.956
1.01.08.03.04	Outros Créditos	407	290
1.02	Ativo Não Circulante	307.056	460.712
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	92.419	3.492
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	1.843	1.770
1.02.01.07	Tributos Diferidos	81.567	0
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	9.009	1.722
1.02.01.10.05	Pagamentos Antecipados Relacionados a Concessão	7.330	0
1.02.01.10.06	Depósitos Judiciais e Outros	1.679	1.722
1.02.03	Imobilizado	15.929	16.419
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	7.967	12.750
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	7.962	3.669
1.02.04	Intangível	198.708	440.801
1.02.04.01	Intangíveis	198.708	440.801
1.02.04.01.02	Intangível	11.493	362.596
1.02.04.01.03	Infraestrutura em Construção	187.215	78.205

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
2	Passivo Total	968.410	749.403
2.01	Passivo Circulante	626.844	526.273
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	12.033	8.709
2.01.01.01	Obrigações Sociais	1.338	1.099
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	10.695	7.610
2.01.02	Fornecedores	34.286	16.970
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	34.240	16.965
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	46	5
2.01.03	Obrigações Fiscais	94.634	12.004
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	87.978	6.532
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	78.757	0
2.01.03.01.02	Outros Impostos e Contribuições a Recolher	9.221	6.532
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	6.656	5.472
2.01.03.03.01	ISS a Recolher	6.656	5.472
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	464.905	464.928
2.01.04.02	Debêntures	464.905	464.928
2.01.05	Outras Obrigações	20.986	23.662
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	3.848	3.308
2.01.05.02	Outros	17.138	20.354
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	11.875	11.875
2.01.05.02.04	Obrigações com Poder Concedente	1.792	1.575
2.01.05.02.05	Outras contas a pagar	3.471	6.904
2.02	Passivo Não Circulante	7.942	18.316
2.02.02	Outras Obrigações	2.842	1.770
2.02.02.02	Outros	2.842	1.770
2.02.02.02.08	Obrigações sociais e trabalhistas	2.842	1.770
2.02.03	Tributos Diferidos	0	12.593
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	12.593
2.02.04	Provisões	5.100	3.953
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	5.100	3.953
2.03	Patrimônio Líquido	333.624	204.814
2.03.01	Capital Social Realizado	139.763	139.763
2.03.02	Reservas de Capital	2.642	2.642
2.03.02.07	Ágio em Transação de Capital	2.642	2.642
2.03.04	Reservas de Lucros	62.409	62.409
2.03.04.01	Reserva Legal	27.953	27.953
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	35	35
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	34.421	34.421
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	128.810	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2022 à 30/09/2022	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/09/2022	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/09/2021
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	394.420	1.024.214	306.210	796.850
3.01.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	424.824	1.106.492	332.210	867.623
3.01.02	Dedução da Receita Bruta	-30.404	-82.278	-26.000	-70.773
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-450.531	-754.578	-164.794	-754.770
3.02.01	Custo de Construção	-72.091	-149.985	-31.736	-49.041
3.02.03	Depreciação e Amortização	-328.350	-458.904	-84.986	-568.609
3.02.04	Custo de Outorga	-9.689	-34.383	-15.747	-46.000
3.02.05	Serviços	-18.094	-47.166	-16.647	-47.086
3.02.06	Custo com Pessoal	-16.378	-45.952	-10.608	-29.907
3.02.07	Materiais, Equipamentos e Veículos	-3.014	-10.077	-2.375	-7.266
3.02.08	Outros	-2.915	-8.111	-2.695	-6.861
3.03	Resultado Bruto	-56.111	269.636	141.416	42.080
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-15.215	-50.076	-16.056	-45.287
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-15.294	-50.492	-16.171	-45.785
3.04.02.01	Serviços	-3.421	-14.576	-8.574	-24.633
3.04.02.02	Depreciação e Amortização	-264	-1.013	-297	-934
3.04.02.03	Despesas com Pessoal	-6.308	-15.244	-2.849	-6.924
3.04.02.04	Materiais, Equipamentos e Veículos	-313	-857	-303	-835
3.04.02.05	Campanhas publicitárias e eventos, feiras e informativos	-1.662	-3.476	-482	-3.264
3.04.02.06	Água, luz, telefone, internet e gás	-665	-2.109	-733	-1.894
3.04.02.07	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	-475	-1.147	-89	-326
3.04.02.08	Provisão para perda esperada - Contas a receber	5	124	-37	-153
3.04.02.10	Lei Rouanet, Incentivos audiovisuais, esportivos e outros	-435	-4.604	-936	-3.304
3.04.02.11	Aluguéis de imóveis e condomínios	-529	-842	-39	-112
3.04.02.12	Impostos, taxas e despesas com cartório	-58	-194	-54	-149
3.04.02.13	Editais e publicações	-6	-79	-21	-191
3.04.02.14	Despesas legais e judiciais	-68	-273	-154	-368
3.04.02.15	Despesas, provisões e multas indedutíveis	-1	-3.388	-153	20

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2022 à 30/09/2022	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/09/2022	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/09/2021
3.04.02.16	Outros	-1.094	-2.814	-1.450	-2.718
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	79	417	137	747
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	-1	-22	-249
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-71.326	219.560	125.360	-3.207
3.06	Resultado Financeiro	-1.007	-12.387	-15.826	-35.309
3.06.01	Receitas Financeiras	14.551	27.632	3.074	6.259
3.06.02	Despesas Financeiras	-15.558	-40.019	-18.900	-41.568
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-72.333	207.173	109.534	-38.516
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	17.140	-78.363	-37.823	11.535
3.08.01	Corrente	-73.513	-172.523	0	0
3.08.02	Diferido	90.653	94.160	-37.823	11.535
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-55.193	128.810	71.711	-26.981
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-55.193	128.810	71.711	-26.981
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-0,00376	0,00878	0,00489	-0,00184
3.99.01.02	PN	-0,00414	0,00966	0,00538	-0,00202
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	-0,00376	0,00878	0,00489	-0,00184
3.99.02.02	PN	-0,00414	0,00966	0,00538	-0,00202

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2022 à 30/09/2022	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/09/2022	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/09/2021
4.01	Lucro Líquido do Período	-55.193	128.810	71.711	-26.981
4.03	Resultado Abrangente do Período	-55.193	128.810	71.711	-26.981

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/09/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/09/2021
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	628.482	499.682
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	518.306	620.236
6.01.01.01	Lucro (Prejuízo) Líquido no Período	128.810	-26.981
6.01.01.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-94.160	-11.535
6.01.01.03	Apropriação de Despesas Antecipadas	20.034	33.716
6.01.01.04	Depreciação e Amortização	443.702	554.031
6.01.01.05	Amortização do Direito de Concessão	16.215	15.512
6.01.01.06	Baixa do Ativo Imobilizado e Intangível	10	139
6.01.01.09	Juros e Variação Monetária sobre Debêntures	44.961	44.611
6.01.01.10	Capitalização de Custo de Empréstimos	-5.817	-4.580
6.01.01.13	Atualização monetária s/ riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	429	381
6.01.01.14	(Reversão) Constituição da Provisão p/ Devedores Duvidosos	-124	153
6.01.01.15	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	2.837	14.788
6.01.01.18	Variações Cambiais sobre Fornecedores estrangeiros	1	1
6.01.01.19	Rendimento de aplicação financeira	-4.643	0
6.01.01.20	Remuneração do Contas a Receber com Poder Concedente	-33.949	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	110.176	-120.554
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes	1.956	-18.132
6.01.02.02	Contas a Receber - Partes Relacionadas	-6.909	832
6.01.02.03	Contas a Receber com Poder Concedente	17.081	0
6.01.02.04	Impostos a Recuperar	-2.808	-45.807
6.01.02.05	Despesas Antecipadas, Depósitos Judiciais e Outros Créditos	1.310	-2.230
6.01.02.06	Adiantamento a Fornecedores	0	51
6.01.02.07	Fornecedores	18.304	6.561
6.01.02.08	Fornecedores - Partes Relacionadas	540	-762
6.01.02.09	Obrigações Sociais e Trabalhistas	3.407	2.151
6.01.02.10	Impostos e contribuições a recolher e provisão para IR e CS	176.398	47.428
6.01.02.11	Pagamento de provisão de riscos cíveis e trabalhistas	-2.119	-14.843
6.01.02.12	Obrigações com o Poder Concedente	217	107
6.01.02.14	Outras Contas a Pagar	-3.433	-4.451
6.01.02.15	Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social	-93.768	-91.459
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-215.243	-615.914
6.02.01	Aquisição de Ativo Imobilizado	-7.022	-2.484
6.02.02	Adições ao Ativo Intangível	-204.561	-631.201
6.02.03	Outros de Ativo Imobilizado e Intangível	53	49
6.02.04	Aplicações financeiras líquidas de resgate	-3.640	17.740
6.02.05	Resgastes/aplicações (conta reserva)	-73	-18
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-44.984	361.982
6.03.04	Empréstimos e Debêntures - Captações	0	448.122
6.03.07	Empréstimos e Debêntures - Pagamentos de Juros	-44.984	-9.853
6.03.10	Dividendos pagos a acionistas controladores	0	-76.287
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	368.255	245.750
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	121.137	46.697

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/09/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/09/2021
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	489.392	292.447

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 30/09/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	139.763	2.642	62.409	0	0	204.814
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	139.763	2.642	62.409	0	0	204.814
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	128.810	0	128.810
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	128.810	0	128.810
5.07	Saldos Finais	139.763	2.642	62.409	128.810	0	333.624

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 30/09/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	139.763	2.642	104.275	0	0	246.680
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	139.763	2.642	104.275	0	0	246.680
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-76.287	0	0	-76.287
5.04.06	Dividendos	0	0	-76.287	0	0	-76.287
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-26.981	0	-26.981
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-26.981	0	-26.981
5.07	Saldos Finais	139.763	2.642	27.988	-26.981	0	143.412

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/09/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/09/2021
7.01	Receitas	1.112.433	872.050
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.106.492	867.623
7.01.02	Outras Receitas	5.817	4.580
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	124	-153
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-280.673	-192.010
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-62.601	-59.026
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-33.704	-37.943
7.02.04	Outros	-184.368	-95.041
7.02.04.02	Custo de Construção	-149.985	-49.041
7.02.04.04	Outorga	-34.383	-46.000
7.03	Valor Adicionado Bruto	831.760	680.040
7.04	Retenções	-459.917	-569.543
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-459.917	-569.543
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	371.843	110.497
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	27.632	6.259
7.06.02	Receitas Financeiras	27.632	6.259
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	399.475	116.756
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	399.475	116.756
7.08.01	Pessoal	54.267	32.770
7.08.01.01	Remuneração Direta	36.829	19.976
7.08.01.02	Benefícios	14.391	10.895
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.045	1.250
7.08.01.04	Outros	1.002	649
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	167.520	63.590
7.08.02.01	Federais	120.243	22.677
7.08.02.02	Estaduais	153	137
7.08.02.03	Municipais	47.124	40.776
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	48.878	47.377
7.08.03.01	Juros	45.816	45.962
7.08.03.02	Aluguéis	3.062	1.415
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	128.810	-26.981
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	128.810	-26.981

Comentário do Desempenho

Informações Trimestrais (ITR)

Comentários Sobre o Desempenho - 3º trimestre 2022

A ViaOeste (“CCR ViaOeste” ou “Companhia” ou “Concessionária”) é uma sociedade por ações controlada pela CCR S.A. (“CCR”), a qual detém, diretamente 100% do capital social da Companhia.

As informações financeiras intermediárias (3TR) foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – (IASB). Incluem também as disposições da lei nº 6.404/1976 e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis para a apresentação das informações trimestrais e as comparações são referentes ao 3º trimestre de 2021.

- A Receita Líquida Operacional alcançou R\$ 322,3 milhões (17,4%);
- O Lucro Líquido atingiu R\$ -55,2 milhões (177,0%);
- O EBIT atingiu R\$ -71,3 milhões (156,9%);
- O EBITDA ajustado atingiu R\$ 261,7 milhões (17,9%).

Indicadores [R\$ MM]	3ºT22	3ºT21	Var.%
Receita Líquida Operacional (*)	322,3	274,5	17,4%
EBIT	-71,3	125,4	156,9%
Margem EBIT Ajustada (a)	-22,1%	45,7%	-67,8 p.p
EBITDA Ajustado	261,7	221,9	17,9%
Margem EBITDA Ajustada (a)	81,2%	80,8%	0,3 p.p
Lucro Líquido	-55,2	71,7	177,0%

(*) Receita Líquida Operacional é a soma da Receita de Pedágio com a Receita Acessória deduzindo os tributos diretos.

(a) As margens EBIT e EBITDA ajustadas foram calculadas por meio da divisão do EBIT e EBITDA ajustados pelas receitas líquidas operacionais, excluídas as receitas de construção.

Volume de tráfego em comparação com igual período do ano anterior Veq¹

Em unid. ²	3ºT22	3ºT21	Var.%
Veículos Equivalentes	31.281.329	29.463.979	6,2%
Veículos Leves (Eq)	17.932.844	16.849.915	6,4%
Veículos Pesados (Eq)	13.348.485	12.614.064	5,8%

1 – Veq¹ - Veículos Equivalentes é a medida calculada adicionando aos veículos leves, os veículos pesados (comerciais como caminhões e ônibus) multiplicados pelos respectivos números de eixos cobrados. Um veículo leve equivale a um eixo de veículo pesado.

2 - Nas praças de pedágio, onde a cobrança é unidirecional, o seu volume de tráfego foi dobrado para se ajustarem àquelas que já adotam cobrança bidirecional. Esse procedimento fundamenta-se no fato de que uma cobrança unidirecional já incorpora na tarifa os custos de ida e volta.

Comentário do Desempenho

Tráfego Consolidado (+6,2%)

O tráfego consolidado do 3T22 registrou crescimento de 6,2% sobre o 3T21, sob influência da liberação das medidas de restrição e isolamento social no Estado de São Paulo por conta da pandemia do COVID-19.

Veículos de Passeio (+6,4%)

O tráfego de passeio foi fortemente afetado pelas medidas contra o COVID-19 em 2021, principalmente nos meses de março e abril/21 quando houve a segunda onda da pandemia. No 3T22 registrou crescimento 6,4% influenciado pela liberação das medidas de restrição e isolamento social no Estado de São Paulo.

Veículos Comerciais (+5,8%)

A movimentação de veículos comerciais no 3T22 registrou crescimento de 5,8% sobre o mesmo período do ano anterior, impulsionado pela movimentação de cargas no Porto de Santos que até agosto refletiu o bom desempenho do agronegócio brasileiro e conferiu ao período a sua melhor marca com alta de 9,0% na comparação anual.

1. Análise do demonstrativo de resultado trimestral

Receita Bruta Operacional

Receita Bruta Operacional [RS mil]	3ºT22	3ºT21	Var.%
Receita de Pedágio	348.342	295.011	18,1%
Receitas Acessórias	4.037	4.446	-9,2%
Receita de Partes Relacionadas	354	1.017	-65,2%
Receita Bruta Operacional	352.733	300.474	17,4%
Receita Bruta de Construção [RS mil]	3ºT22	3ºT21	Var.%
Total	72.091	31.736	127,2%

Receita de Construção

Conforme Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), a Concessionária deverá reconhecer a Receita e o Custo de Construção. Para a Companhia, a receita e o custo de construção são iguais, não incorrendo lucro sobre este item.

Os investimentos da Companhia acompanham o cronograma acordado com o Poder Concedente. Dentre os principais investimentos do 3T22, destacamos implantação de obra de arte especial para transposição da SP-280 (Marginal Oeste, altura do km 15+800); implantação de dispositivo de entroncamento com a estrada do sertanejo, localizado no km 65+250; desenvolvimento de projeto, pagamento de ações de meio ambiente e desapropriações das obras de duplicação da Rodovia Raposo Tavares, contemplando o trecho do km 67 ao km 87+200; melhorias no dispositivo localizado na SP270 km 106+500 para adequação de acesso as vias marginais da SP270 e viabilização de acessos.

Receita Bruta Operacional

A Receita Bruta Operacional do 3T22 registrou aumento de 17,4% em relação ao 3T21, influenciada principalmente pela retomada das atividades comerciais no Estado de São Paulo por conta da ligeira melhora da pandemia do COVID-19.

Comentário do Desempenho

A Receita Líquida Operacional é obtida a partir das deduções dos tributos sobre a Receita Operacional Bruta, isto é, do recolhimento de PIS (Programa de Integração Social), de Cofins (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) e de ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), cuja representatividade corresponde a 8,65% sobre a Receita Bruta Operacional.

Custos e Despesas

Custos e Despesas [R\$ mil]	3ºT22	3ºT21	Var.%
Custo de Construção	72.091	31.736	127,2%
Depreciação e Amortização	328.614	85.283	285,3%
Custos da Outorga	9.689	15.747	-38,5%
Serviços de Terceiros	21.515	25.221	-14,7%
Custo com Pessoal	22.686	13.457	68,6%
Materiais, Equipamentos e Veículos	3.327	2.678	24,2%
Outros	7.824	6.728	16,3%
Custos e Despesas	465.746	180.850	157,5%

Os custos e despesas totalizaram R\$ 465.746 no 3T22. Os principais fatores que contribuíram para o aumento de 157,5% em relação a 3T21, foram:

Custo de construção: Acréscimo de 127,2% no 3T22, comparado com o 3T21. Reflexo do cronograma de investimento acordado com o Poder Concedente.

Depreciação e amortização: Somaram R\$ 328.614 no 3T22. O aumento de 285,3% em relação ao 3T21 decorre da provisão para perda do *Impairment* realizado no mês de setembro de 2022 e também da amortização referente a assinatura do TAM – nº 25/2022 em 31 de março de 2022, com o objetivo de eliminar Passivos Jurídicos entre o Estado de São Paulo, ARTESP e CCR ViaOeste, bem como, dos investimentos realizados descritos na seção de investimentos.

Custos da outorga: Inclui a apropriação de despesas antecipadas, que atingiu R\$ 9.689 no 3T22, apresentando redução de 38,5% em relação a 3T21, em razão do ajuste da curva de apropriação de despesas antecipadas em virtude da assinatura do TAM – nº 25/2022 em 31 de março de 2022.

Serviços de terceiros: O 3T22 totalizou R\$ 21.515, representando redução de 14,7% em relação ao 3T21. Neste grupo temos custos de serviços compartilhados (jurídico, suprimentos, fiscal/financeiro, entre outros).

Custo com pessoal: No 3T22 houve acréscimo de R\$ 9.229 em relação ao 3T21, representando aumento de 68,6%, reflexo principalmente do efeito dos custos com pessoal dos serviços compartilhados e da reestruturação do quadro de pessoal.

Materiais, equipamentos, veículos e outros: Neste trimestre houve aumento de 24,2% em comparação com o 3T21, impactado principalmente pelas despesas relacionadas com combustíveis e manutenção de veículos.

Comentário do Desempenho**EBITDA**

Reconciliação EBITDA [R\$ MM]	3ºT22	3ºT21	Var.%
Lucro Líquido	-55,2	71,7	177,0%
(+) IR/CS	-17,1	37,8	-145,3%
(+) Resultado Financeiro Líquido	1,1	15,8	-93,2%
(+) Depreciação e Amortização	328,6	85,3	285,3%
EBITDA (a)	257,4	210,6	22,2%
Margem EBITDA (a)	65,3%	68,8%	-3,5 p.p
(+) Despesas Antecipadas (b)	4,4	11,2	60,9%
EBITDA Ajustado	261,8	221,9	18,0%
Margem EBITDA Ajustada (c)	81,2%	80,8%	0,4 p.p

(a) Cálculo realizado segundo Instrução CVM nº 527/2012.

(b) Refere-se à apropriação ao resultado de pagamentos antecipados relacionados à concessão e é ajustada, pois se trata de item não caixa nas demonstrações financeiras intermediárias.

(c) A Margem EBITDA ajustada foi calculada excluindo-se a receita de construção, dado que é um requerimento do IFRS, cuja contrapartida afeta os custos totais.

EBIT

Reconciliação EBIT [R\$ MM]	3ºT22	3ºT21	Var.%
Lucro Líquido	-55,2	71,7	177,0%
(+) IR/CS	-17,1	37,8	-145,3%
(+) Resultado Financeiro Líquido	1,1	15,8	-93,2%
EBIT (a)	-71,3	125,4	156,8%
Margem EBIT (a)	-18,1%	40,9%	-59 p.p
Margem EBIT Ajustada (b)	-22,1%	45,7%	-67,8 p.p

(a) Cálculo efetuado segundo Instrução CVM nº 527/2012.

(b) A margem EBIT ajustada foi calculada sobre a receita líquida, excluindo-se a receita de construção.

Resultado Financeiro Líquido

Resultado Financeiro Líquido [R\$ MM]	3ºT22	3ºT21	Var.%
Despesas Financeiras	-15,6	-18,9	-17,5%
Financiamentos - Juros e Var. Monet.	-15,2	-18,6	-18,3%
Taxas, Comissões e Outros	-0,4	-0,3	13,7%
Receitas Financeiras	14,5	3,1	372,3%
Rendimento sobre Aplicações Financ.	13,7	2,6	425,5%
Outras Receitas Financeiras	0,8	0,5	75,4%
Resultado Financeiro	-1,1	-15,8	-93,2%

O Resultado Financeiro do 3T22 apresentou melhora de 93,2% em relação ao 3T21, principalmente em decorrência das receitas financeiras geradas pelos saldos de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras maiores na comparação dos períodos.

Comentário do Desempenho

2. Investimentos

A Companhia tem investido em melhorias na segurança das rodovias do sistema Castello-Raposo, na recuperação do pavimento em diversos trechos, no intuito de sempre oferecer aos usuários, rodovias de melhor qualidade, bem como atender aos requisitos de investimentos previstos no contrato de concessão.

3. Fatos relevantes sobre o Serviço de Atendimento ao Usuário (SAU)

Total de Acidentes [un]	3ºT22	3ºT21	Var.%
Total de Acidentes	835	745	12,1%
Total de Vítimas	551	477	15,5%

O aumento no número absoluto de acidentes e vítimas está diretamente relacionado com o retorno do tráfego às rodovias após o término da pandemia. Proporcionalmente, quanto maior o número de veículos na via, maior o número de acidentes e, conseqüentemente, vítimas.

4. Ações de caráter ambiental, responsabilidade social e cultural

Caminhos para a Cidadania - Realizado na Companhia desde 2007, com foco em segurança no trânsito, mobilidade urbana e cidadania, o programa oferece uma abordagem didático-pedagógica, desenvolvida para se trabalhar questões relativas à cidadania e a segurança no trânsito. O objetivo do programa é contribuir para uma sociedade mais consciente, preservando vidas e formando jovens cidadãos. O programa Caminhos para a Cidadania tem como foco os alunos do ensino fundamental das redes públicas de ensino. Em 2022 as atividades são desenvolvidas de forma totalmente digital. Para os professores são realizados cursos online, com questões pertinentes ao momento pós pandemia. Para apoio aos alunos são disponibilizados no site www.caminhosparaacidania.com.br planos de aula que podem ser aplicados pelos pais com as crianças, além de jogos educativos, sugestões e séries que divertem e ensinam ao mesmo tempo.

Caminhos para a Saúde - Instalado na área de descanso, situado no km 57 da Rodovia Castello Branco - SP 280, junto ao Posto de Serviços Quinta do Marques, oferece diariamente e gratuitamente, a verificação de glicemia, colesterol e pressão arterial; acuidade visual; cálculo de IMC; consultas especializadas com enfermeiros, saúde bucal (tratamento odontológico preventivo, limpeza e restaurações), corte de cabelo e massagem bioenergética. Disponibiliza ainda aos usuários espaço com lavanderia, chuveiros, além de um amplo estacionamento para 50 carretas. Além disso o Programa Caminhos para a Saúde está oferecendo mensalmente aos caminhoneiros o **Projeto Help** com apoio psicológico, por meio da Parada do Desabafo. São voluntários preparados por psicólogos para prestar suporte psicológico para os caminhoneiros em vulnerabilidade emocional como estresse e síndrome do pânico.

Ações check-up dos caminhões com verificação dos principais itens de segurança do caminhão: faróis, freios, pneus, sinalização.

Paixão pelo esporte - O objetivo do projeto é dar oportunidade a crianças e adolescentes na promoção da atividade esportiva de caráter educacional. As aulas de vôlei ocorrerem no contraturno escolar, em equipes mistas (masculino e feminino), com faixa etária entre 6 e 16 anos. Em Sorocaba, são dois núcleos e nas demais cidades (Mairinque, Alumínio e São Roque) o projeto é executado em uma unidade por município. São turmas de até 60 alunos por núcleo, o que totaliza 300 jovens envolvidos com o projeto na região. Para participar, é necessário estar matriculado na rede de ensino público.

BuZum - O projeto BuZum, que antes acontecia dentro do ônibus, este ano foi realizado em versão adaptada, fora do ônibus, em uma estrutura ampla. A plateia assistiu as sessões do espetáculo com distanciamento seguro, de forma protegida. Além das apresentações teatrais, para continuar a

Comentário do Desempenho

brincadeira em casa, ao final das apresentações, as crianças receberam um teatrinho de papel para inventarem suas próprias histórias criando seus personagens e enredos. Este ano foi apresentado o espetáculo “Curumim”. A peça é o resgate da cultura indígena, do povo Tupi, e aborda a origem da Mandioca, essa raiz brasileira, tão presente na nossa culinária e cultivada pela primeira vez pelos povos indígenas. Municípios atendidos: Osasco, Carapicuíba, Alumínio, Sorocaba, Vargem Grande Paulista, São Roque. Público atendido: 3.032 pessoas.

Junho Vermelho: Campanha de incentivo para clientes e colaboradores para doação de sangue. Mensagens veiculadas nos painéis eletrônicos das rodovias. Divulgação interna por meio dos comunicados eletrônicos, rádio e rede social Yammer.

Campanha do Agasalho: Em parceria com a ONG Gerando Falcões o Instituto CCR, por meio da Companhia e demais unidades de negócio do Grupo CCR, estão realizando a Campanha do Agasalho 2022, incentivando clientes das rodovias e colaboradores a fazerem doações de agasalhos e cobertores em bom estado. Todas as praças de pedágio e bases de atendimento da concessionária são postos para a doação. Toda a arrecadação será destinada ao bazar da ONG Gerando Falcões. Foram arrecadadas 350 kg de peças de roupas.

Inverno Solidário - distribuição de 700 cobertores novos e 800 sacos de dormir.

Espectáculo Teatral Cadê o Amor que estava aqui?: Apresentação do espetáculo teatral “Cadê o Amor que estava aqui?” para alunos e professores das escolas públicas de Barueri e Embu das Artes. A peça aborda temas como a preservação da natureza, a amizade e a solidariedade, além da inclusão social e diversidade. Além disso, ressalta a importância do trabalho em grupo e como pequenas atitudes podem ajudar a mudar o planeta. Para isso o enredo conta as experiências de um dedicado professor deficiente visual, que luta por um mundo melhor, formando cidadãos conscientes. Público de 1200 pessoas.

5. Considerações Finais

As informações financeiras intermediárias (ITR) da Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo – ViaOeste S.A., aqui apresentadas, estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras revisadas.

As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de revisão por parte dos auditores independentes.

6. Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/2009, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com a conclusão expressa no Relatório da KPMG Auditores Independentes Ltda., emitido nesta data, e com as informações financeiras intermediárias relativas ao período de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2022.

Barueri, 10 de novembro de 2022.

A Diretoria

Notas Explicativas

Notas explicativas às Informações Trimestrais (ITR) findas em 30 de setembro de 2022

Os saldos apresentados em Reais nesta ITR foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

1. Contexto operacional

A Companhia é uma sociedade por ações de capital aberto domiciliada no Brasil, constituída de acordo com as leis brasileiras. A sede está localizada na Rodovia Presidente Castello Branco, Km 24 – Lado Par – Conjunto Norte, bairro Jardim Mutinga, na cidade de Barueri, Estado de São Paulo.

A Companhia tem por objeto social específico e exclusivo, sob o regime de concessão, a exploração da infraestrutura e da prestação dos serviços públicos de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço das rodovias Presidente Castello Branco (SP-280), Raposo Tavares (SP-270), Senador José Ermírio de Moraes (SP-075) e Dr. Celso Charuri (SP-091/270), nos termos do contrato de concessão CR/003/1998, celebrado com a ARTESP.

A principal fonte de receita da Companhia é a arrecadação da tarifa de pedágio, cuja cobrança teve início em 30 de março de 1998. A tarifa de pedágio aplicável é especificada no contrato de concessão e está sujeita a um reajuste anual, em julho, com base nas fórmulas de reajuste estipuladas.

Nos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2022, não ocorreram mudanças relevantes no contexto operacional, em relação às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021, exceto quanto ao abaixo descrito:

- **Termo Aditivo e Modificativo Coletivo nº 1/2022 (Acordo Definitivo)**

Em 31 de março de 2022, foi celebrado o Acordo Definitivo entre a Companhia e o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Logística e Transportes (“Poder Concedente” e, se em conjunto com as Concessionárias, “Partes”), com a interveniência e anuência da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (“ARTESP”), conforme extrato publicado no Diário Oficial do Estado, nos termos da lei n.º 8.666/1993.

Observando-se os termos e condições previstas no Termo Aditivo e Modificativo Preliminar Coletivo nº 1/2021, que foi celebrado no dia 29 de junho de 2021, o Acordo Definitivo teve o objetivo de (i) estabelecer os valores finais, apurados a partir dos cálculos realizados pela ARTESP, de cada um dos desequilíbrios econômico-financeiros dos contratos objeto do Acordo Definitivo, reconhecidos de forma irrevogável e irretroatável no Acordo Preliminar; (ii) disciplinar as responsabilidades das partes e da ARTESP quanto às medidas necessárias para o encerramento das ações judiciais objeto do Acordo Definitivo; e (iii) estabelecer que a Companhia assumirá a execução de novos investimentos.

Com a assinatura do Acordo Definitivo, as Partes outorgaram quitações recíprocas com relação a quaisquer litígios, presentes ou futuros, que tenham por objeto os eventos de desequilíbrio econômico-financeiro efetivamente reequilibrados pelo Acordo Preliminar e pelo Acordo Definitivo.

- **Termo Aditivo Modificativo nº 25/2022**

Em 31 de março de 2022, foi celebrado Termo Aditivo e Modificativo nº 25/2022 ao contrato de concessão entre a Companhia e o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Logística e Transportes (Poder Concedente), com a interveniência e anuência da ARTESP, onde a concessionária assumiu a execução de novos investimentos referentes ao Novo Acesso ao Município de Osasco e às Obras das Marginais da Rodovia SP-280, entre os kms 23 e 32, sendo

Notas Explicativas

que a concessionária foi reequilibrada financeiramente por meio da prorrogação do término da concessão em 380 dias, passando para 13 de fevereiro de 2024.

- **Reajuste tarifário de 2022**

Em 30 de junho de 2022, o Governo do Estado de São Paulo formalizou, por meio da edição suplementar do Diário Oficial do Estado de São Paulo, a estabilização temporária do valor vigente das tarifas de pedágios, deixando de aplicar o reajuste contratual, previsto para vigorar a partir de 1º de julho de 2022, e previsto nos contratos de concessão firmados pela Companhia.

Em 7 de julho de 2022, o Conselho Diretor da ARTESP, no âmbito do processo ARTESP-PRC2022/04426, publicou, no Diário Oficial do Estado de São Paulo, a decisão de acatar integralmente as determinações da Secretaria de Logística e Transportes do Estado de São Paulo, que reconhece a necessidade de reequilibrar os contratos de concessão das concessionárias de rodovia estaduais, incluindo a Companhia, em função da ausência de reajuste tarifário a partir de 1º de julho de 2022.

Em 18 de agosto de 2022, foi celebrado o Termo Aditivo e Modificativo Coletivo nº 2/2022, que tem como objetivo: (i) reconhecer o desequilíbrio econômico-financeiro gerado em decorrência da decisão do Poder Concedente de estabilizar, temporariamente, o valor vigente das tarifas de pedágio dos Contratos de Concessão; (ii) promover o reequilíbrio econômico-financeiro dos Contratos de Concessão em razão da frustração da receita bruta causada pelo não repasse do reajuste das tarifas quilométricas de pedágio referente à variação do respectivo indexador tarifário contratual entre 2021 e 2022 no momento determinado pelos contratos de concessão; (iii) estabelecer a metodologia de recomposição do reequilíbrio econômico-financeiro dos Contratos de Concessão, que dar-se-á mediante emprego de verbas do tesouro pelo Poder Concedente, por meio de pagamentos bimestrais à Companhia; e (iv) consignar que o reajuste tarifário deverá ocorrer até 16 de dezembro de 2022.

1.1. Processo de investigação

Neste período de nove meses não ocorreram mudanças no tema relacionado ao Termo de Autocomposição, quando comparados a 31 de dezembro de 2021, uma vez que foram integralmente cumpridos.

1.2. Outras informações relevantes

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos relacionados a questões regulatórias de concessão, cujas movimentações relevantes ocorridas desde 31 de dezembro de 2021 estão descritas a seguir e devem ser lidas como uma sequência da redação completa, divulgada nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2021, respeitando os mesmos títulos de cada processo:

i. **Termo Aditivo Modificativo nº 12/2006**

Em 7 de fevereiro de 2022, foi publicada decisão que determinou que o Estado de São Paulo procedesse ao levantamento dos valores depositados pela Companhia.

Em 19 de agosto de 2022, o Estado de São Paulo e a ARTESP peticionaram para concordar com o valor depositado pela Companhia e requerer a expedição de mandado de levantamento eletrônico, o que foi deferido na mesma data.

Aguarda-se decisão de expedição de mandado de levantamento dos honorários, para posterior arquivamento dos autos.

Notas Explicativas

ii. Reajuste Tarifário de 2013

Em razão da formalização do acordo definitivo com o Estado de São Paulo ocorrida em 31 de março de 2022, a Companhia requereu no dia 08 de abril de 2022 a desistência do recurso.

Em 12 de maio de 2022, o Estado de São Paulo e a ARTESP apresentaram manifestação concordando com a perda de objeto, mas não se opondo ao julgamento da sua apelação que trata da majoração dos honorários.

Em 24 de junho de 2022, o processo foi incluído na pauta da sessão de julgamento do dia 06 de julho de 2022. Em 4 de julho de 2022, a Companhia peticionou para alegar que houve perda de objeto do recurso de apelação interposto pelo Estado. O julgamento que ocorreria em 6 de julho de 2022, foi retirado de pauta.

O julgamento dos recursos de apelação foi iniciado na sessão realizada em 17 de agosto de 2022, oportunidade em que foi instaurada divergência (de dois votos a um, por negarem conhecimento à apelação do Estado referente aos honorários) e solicitada vistas dos autos pelo 4º e o 5º juízes, em julgamento estendido.

Na sessão de julgamento ocorrida em 30 de agosto de 2022, por maioria de votos, a 12ª Câmara de Direito Público decidiu homologar o pedido de desistência do recurso de apelação interposto pela Companhia e julgar prejudicado o recurso de apelação interposto pelo Estado de São Paulo e pela ARTESP, que pretendia a majoração dos honorários de sucumbência fixados em sentença.

iii. Reajuste Tarifário de 2014

Em razão da formalização do acordo definitivo com o Estado de São Paulo ocorrida em 31 de março de 2022, a Companhia requereu no dia 8 de abril de 2022 a desistência do recurso.

iv. Alteração do índice de reajuste de tarifas de pedágio

Em razão da formalização do acordo definitivo com o Estado de São Paulo ocorrida em 31 de março de 2022, a Companhia requereu no dia 8 de abril de 2022 a desistência da ação.

Em 24 de maio de 2022, foi proferido despacho determinando a intimação da ARTESP e do Estado de São Paulo para se manifestarem quanto à petição da Companhia requerendo a homologação do acordo e extinção do processo. Em 27 de maio de 2022, a Fazenda Pública se manifestou concordando com o pedido da Companhia de extinção da ação por perda superveniente do objeto.

Em 11 de julho de 2022, foi proferida sentença julgando o feito extinto sem resolução do mérito por perda de objeto. Aguarda-se trânsito em julgado e arquivamento do feito.

A Companhia reitera a sua confiança nos procedimentos legais vigentes, aplicáveis aos contratos de concessão.

As informações financeiras intermediárias da Companhia não contemplam ajustes decorrentes destes processos, tendo em vista que até o presente data não houve desfecho ou tendência desfavorável.

2. Principais práticas contábeis

Neste período de três e nove meses não ocorreram mudanças nas principais políticas e práticas contábeis e, portanto, mantém-se a consistência de aplicação dos procedimentos divulgados nas notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, exceto pelas mudanças de políticas conforme descrito abaixo, que descreve sobre a contabilização de

Notas Explicativas

transações relacionadas a desequilíbrios econômicos entre concessionária e Poder Concedente favoráveis à Companhia.

Política contábil anteriormente a 1º de janeiro de 2022

A Companhia não reconhecia em suas demonstrações financeiras ativos não monetários oriundos de contratos de concessão firmados com o Poder Concedente relacionados a extensão de prazos decorrentes de reequilíbrios econômicos, para os quais não existem obrigações de performance associadas junto ao Poder Concedente, sendo apenas alterada a estimativa contábil da amortização do intangível existente considerando o novo prazo de extensão.

Política contábil após 1º de janeiro de 2022

A Companhia passou a reconhecer contabilmente os ativos não monetários oriundos de contratos de concessão firmados com o Poder Concedente de acordo com as características mencionadas acima, como ativo intangível pelo seu valor justo, tendo como contrapartida uma receita no resultado, considerando que não existe nenhuma obrigação de performance associada. Embora essa política contábil tenha sido alterada, não houve transações dessa natureza na Companhia durante este período de três e nove meses de 2022.

Os efeitos decorrentes desta nova prática foram avaliados em transações similares anteriormente realizadas entre a Companhia e o Poder Concedente e não houve necessidade de ajuste retrospectivo, pois seus efeitos não foram considerados relevantes para as demonstrações financeiras.

3. Apresentação das ITR

Estas informações financeiras intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – (IASB). Incluem também as disposições da lei nº 6.404/1976 e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Estas ITRs devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

Em 10 de novembro de 2022, foi autorizada pela Administração da Companhia a emissão destas ITRs.

4. Determinação dos valores justos

Neste período de três e nove meses não ocorreram mudanças nos critérios de determinação dos valores justos.

5. Gerenciamento de riscos financeiros

Neste período de três e nove meses não ocorreram mudanças no gerenciamento de riscos financeiros.

Notas Explicativas**6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras**

	<u>30/09/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Caixa e bancos	3.841	4.831
Fundos de investimentos e CDB	485.551	116.306
Total - Caixa e equivalentes de caixa	<u>489.392</u>	<u>121.137</u>
	<u>30/09/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Circulante		
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos	29.482	21.199
Total - Circulante	<u>29.482</u>	<u>21.199</u>
Não Circulante		
Aplicações financeiras		
Conta reserva (a)	1.843	1.770
Total - Não Circulante	<u>1.843</u>	<u>1.770</u>
Total - Aplicações financeiras	<u>31.325</u>	<u>22.969</u>

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 101,70% do CDI, equivalente a 11,08% a.a., em 30 de setembro de 2022 (99,41% do CDI, equivalente a 4,37% a.a., em média, em 31 de dezembro de 2021).

(a) Refere-se a conta reserva para compensação ambiental na obra de duplicação da rodovia Raposo Tavares.

7. Contas a receber**Contas a receber das operações**

	<u>30/09/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Circulante		
Receitas de pedágio (a)	73.972	75.893
Receitas acessórias (b)	1.067	1.102
	75.039	76.995
Provisão para perda esperada - contas a receber (c)	(48)	(172)
	<u>74.991</u>	<u>76.823</u>

Notas Explicativas

Idade de Vencimento dos Títulos

	<u>30/09/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Créditos a vencer	74.942	76.764
Créditos vencidos até 60 dias	35	51
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	14	8
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	16	21
Créditos vencidos há mais de 180 dias	<u>32</u>	<u>151</u>
	<u>75.039</u>	<u>76.995</u>

- (a) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas de pedágio que serão repassados à Companhia e créditos a receber decorrentes de vale pedágio;
- (b) Créditos de receitas acessórias (principalmente ocupação de faixa de domínio e locação de painéis publicitários) previstas no contrato de concessão; e
- (c) Refere-se a provisão para perda do contas a receber, esperado pela Companhia.

Contas a Receber do Poder Concedente

	<u>31/12/2021</u>	<u>30/09/2022</u>		
	<u>Saldo inicial</u>	<u>Adições</u>	<u>Recebimento</u>	<u>Saldo final</u>
Reajuste tarifário (a)	-	33.949	(17.081)	16.868
Total geral	<u>-</u>	<u>33.949</u>	<u>(17.081)</u>	<u>16.868</u>

- (a) Refere-se ao valor a receber do Poder Concedente em decorrência do não repasse do reajuste de tarifa de pedágio conforme o Termo Aditivo e Modificativo Coletivo nº 2/2022. Para maiores informações vide nota explicativa nº 1 – Contexto operacional.

8. Imposto de renda e contribuição social

a. Conciliação do imposto de renda e da contribuição social - correntes e diferidos

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

Notas Explicativas

	01/07/2022 a 30/09/2022	01/01/2022 a 30/09/2022	01/07/2021 a 30/09/2021	01/01/2021 a 30/09/2021
(Prejuízo)/Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	(72.333)	207.173	109.534	(38.516)
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	24.593	(70.439)	(37.242)	13.095
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes				
Despesas indedutíveis	(188)	(1.556)	(458)	(1.380)
Incentivo relativo ao imposto de renda	275	1.161	-	-
Remuneração variável de dirigentes estatutários	-	-	(123)	(180)
IR e CS não constituídos sobre diferenças temporárias (a)	(7.547)	(7.547)	-	-
Outros ajustes tributários	7	18	-	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social	17.140	(78.363)	(37.823)	11.535
Impostos correntes	(73.513)	(172.523)	-	-
Impostos diferidos	90.653	94.160	(37.823)	11.535
	17.140	(78.363)	(37.823)	11.535
Alíquota efetiva de impostos	23,70%	37,82%	34,53%	29,95%

(a) Em função de não haver expectativa ao fim do encerramento e cronograma de realização dos ativos de lucro tributável futuro, o reconhecimento do imposto de renda e contribuição social diferidos foi limitado ao passivo fiscal diferido.

b. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	31/12/2021	30/09/2022		
		Reconhecido no resultado	Valor líquido	Ativo fiscal diferido / Passivo fiscal diferido
Provisão para participação nos resultados (PLR)	1.123	(69)	1.054	1.054 -
Provisão para perda esperada - contas a receber	59	(43)	16	16 -
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciário	1.344	390	1.734	1.734 -
Amortização de ágio	(1.616)	1.212	(404)	- (404)
Diferenças temporárias - lei 12.973/2014 (a)	(4.330)	1.968	(2.362)	- (2.362)
Provisão para perda de investimentos	12	-	12	12 -
Tributos com exigibilidade suspensa - PIS e Cofins	657	659	1.316	1.316 -
Provisão fornecedores	69	(68)	1	1 -
Ajuste a valor presente - partes relacionadas	(400)	544	144	391 (247)
Capitalização de juros	(9.102)	44	(9.058)	- (9.058)
Custo de transação de debêntures	(454)	339	(115)	- (115)
Provisão para perda por <i>Impairment</i>	-	89.154	89.154	89.154 -
Outros	45	30	75	75 -
Impostos diferidos ativos (passivos) antes da compensação	(12.593)	94.160	81.567	93.753 (12.186)
Compensação de imposto	-	-	-	(12.186) 12.186
Imposto diferido líquido ativo (passivo)	(12.593)	94.160	81.567	81.567 -

	31/12/2020	30/09/2021		
		Reconhecido no resultado	Valor líquido	Ativo fiscal diferido / Passivo fiscal diferido
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas (b)	-	5.135	5.135	5.135 -
Provisão para participação nos resultados (PLR)	177	276	453	453 -
Provisão para perda esperada - contas a receber	43	52	95	95 -
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciário	1.671	110	1.781	1.781 -
Diferenças temporárias	-	(12.527)	(12.527)	391 (12.918)
Diferenças temporárias - lei 12.973/2014 (a)	(23.724)	18.312	(5.412)	- (5.412)
Provisão para perda de investimentos	72	(60)	12	12 -
Tributos com exigibilidade suspensa - PIS e Cofins	-	461	461	461 -
Outros	256	(224)	32	32 -
Impostos diferidos ativos (passivos) antes da compensação	(21.505)	11.535	(9.970)	8.360 (18.330)
Compensação de imposto	-	-	-	(8.360) 8.360
Imposto diferido líquido ativo (passivo)	(21.505)	11.535	(9.970)	- (9.970)

(a) Saldos de diferenças temporárias resultante da aplicação do artigo 69 da lei nº 12.973/2014 (fim do Regime Tributário de Transição), compostos principalmente por depreciação do ativo

Notas Explicativas

imobilizado (fiscal) *versus* amortização do ativo intangível (contábil), em 2021 também era composto por custos de empréstimos capitalizados; e

- (b) A Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social em 2021. Em 2022 não há valores de base negativa, todo o saldo de crédito tributário foi realizado em 2021.

A Companhia não registrou o ativo fiscal diferido sobre o saldo de diferenças temporárias no montante de R\$ 22.195 (R\$ 7.547 - efeito tributário em 30 de setembro de 2022) por não haver expectativa ao fim do encerramento e cronograma de realização dos ativos de geração de lucro tributável no futuro.

9. Pagamentos antecipados relacionados à concessão

	Início da concessão (a)		Extensão do prazo da concessão (b)		Total	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Circulante	1.290	3.297	16.302	41.659	17.592	44.956
	Início da concessão (a)		Extensão do prazo da concessão (b)		Total	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Não Circulante	538	-	6.792	-	7.330	-

No decorrer do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022, foram apropriadas ao resultado o montante de R\$ 20.034 (R\$ 33.176 no mesmo período de 2021).

- (a) Os pagamentos antecipados no início da concessão e pré-pagamentos ao Poder Concedente, relativos à outorga fixa da concessão ou às indenizações de contratos sub-rogados foram ativados e estão sendo apropriados ao resultado pelo prazo de concessão; e
- (b) Para adequação do valor dos custos com outorga fixa ao prazo da concessão estendido sem que houvesse alteração do prazo de pagamento da outorga fixa, parte do valor dos pagamentos foi ativado durante o prazo original da concessão e está sendo apropriado ao resultado no período de extensão.

10. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, assim como as transações que influenciaram os resultados dos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2022 e 2021, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas.

	Transações				Saldos			
	01/01/2022 a 30/09/2022				30/09/2022			
	Despesas / custos com serviços prestados	Receitas brutas	Repasse de custos e despesas de pessoal e outros	Receitas financeiras	Despesas financeiras	Contas a receber	Caixa/Banco/Aplicações	Fornecedores e contas a pagar
Controladora direta								
CCR	9.993 (a)	-	15.500 (a)	-	-	12 (c)	-	3.113 (a)
Outras partes relacionadas								
RDN	-	-	-	-	-	-	-	4 (c)
AutoBAN	5 (c)	-	127 (c)	-	-	48 (c)	-	37 (c)
Samm	305 (c)	2.395 (b)	-	-	-	169 (b)	-	583 (b)
RodoAnel Oeste	-	-	14 (c)	-	-	29 (c)	-	30 (c)
SPVias	-	-	4 (c)	-	-	21 (c)	-	76 (c)
Instituto CCR	4.604 (f)	-	-	-	-	-	-	-
ViaMobilidade	-	-	-	-	-	7 (c)	-	2 (c)
Via Mobilidade - Linhas 8 e 9	-	-	-	-	-	-	-	3 (c)
Conectcar	-	-	-	-	-	8.453 (h)	-	-
Itaú Corretora de Valores	-	-	-	-	3 (i)	-	-	-
Itaú vida e previdência	14 (j)	-	-	-	-	-	-	-
Banco Votorantim	-	-	-	1.300 (g)	-	-	51.590 (g)	-
Itaú Unibanco	-	-	-	-	18 (g)	-	168.797 (g)	-
Total	14.921	2.395	15.645	1.300	21	8.739	220.387	3.848

Notas Explicativas

	Transações						
	01/07/2022 a 30/09/2022			01/07/2021 a 30/09/2021			
	Despesas / custos com serviços prestados	Receitas	Repasse de custos e despesas de pessoal e	Receitas financeiras	Despesas financeiras	Despesas / custos com serviços prestados	Receitas
Controladora direta							
CCR	-	-	7.902 (a)	-	-	3.531 (a)	-
Outras partes relacionadas							
CPC	-	-	-	-	-	6.479 (d)	-
Samm	98 (e)	419 (b)	-	-	-	111 (e)	1.017 (b)
Instituto CCR	435 (f)	-	-	-	-	836 (f)	-
Itaú Corretora de Valores	-	-	-	-	3 (i)	-	-
Itaú vida e previdência	14 (j)	-	-	-	-	-	-
Banco Votorantim	-	-	-	1300 (g)	-	-	-
Itaú Unibanco	-	-	-	-	18 (g)	-	-
Total	547	419	7.902	1.300	21	10.957	1.017

	Transações		Saldos	
	01/01/2021 a 30/09/2021		31/12/2021	
	Despesas / custos com serviços prestados	Receitas brutas	Ativo	Passivo
			Contas a receber	Fornecedores e contas a pagar
Controladora indireta				
CCR	10.558 (a)	-	-	3.126 (a)
Outras partes relacionadas				
NovaDutra	-	-	59 (c)	6 (c)
RDN	-	-	-	9 (c)
ViaQuatro	-	-	2 (c)	6 (c)
CPC	19.877 (d)	-	11 (c)	-
AutoBAn	-	-	41 (c)	26 (c)
Samm	260 (e)	3.090 (b)	1.681 (b)	34 (c)
RodoAnel Oeste	-	-	7 (c)	30 (c)
SPVias	-	-	11 (c)	39 (c)
Instituto CCR	1.363 (f)	-	-	-
ViaMobilidade	-	-	3 (c)	-
ViaSul	-	-	2 (c)	-
Linhas 8 e 9	-	-	13 (c)	32 (c)
Total	32.058	3.090	1.830	3.308

Despesas com profissionais chave da Administração

	01/07/2022 a 30/09/2022	01/01/2022 a 30/09/2022	01/07/2021 a 30/09/2021	01/01/2021 a 30/09/2021
Remuneração (k):				
Outros benefícios - remuneração variável:				
Provisão para remuneração variável do ano a pagar no ano seguinte	-	-	22	67
Reversão de PPR do ano anterior pago no ano	-	-	-	(113)
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>22</u>	<u>(46)</u>

Saldos a pagar aos profissionais chave da Administração

	30/09/2022	31/12/2021
Remuneração dos administradores (k)	-	1.319

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO), realizada em 11 de abril de 2022, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho de administração e diretoria da Companhia de até R\$ 1.000, incluindo salários, benefícios, remuneração variável pagas no ano e contribuição para a seguridade social.

Não há remuneração da Administração, pois os administradores são os mesmos da parte relacionada Concessionária do Sistema Anhanguera Bandeirantes S.A. – (AutoBAn).

- (a) Contrato de prestação de serviços de *backoffice* administrativo e financeiro, tecnologia, engenharia e soluções integradas, *supply chain* e *backoffice* de arrecadação, executados pela filial CCR GBS (*Global Business Service*), cujo vencimento se dá no mês seguinte;

Notas Explicativas

- (b) Contrato de locação de fibra óptica apagada com prazo contratual até o término da vigência do contrato de concessão, com valores liquidados no 10º dia útil do mês subsequente após o recebimento e aceitação. Qualquer atraso no pagamento está sujeito à incidência de juros à taxa de 1% ao mês, calculados proporcionalmente a partir da data do vencimento até a data do efetivo pagamento, mais multa moratória de 2% sobre o valor devido e atualização monetária calculada pela variação do IGP-M;
- (c) Encargos de folha de pagamento relativo à transferência de colaboradores, cujo vencimento ocorre no mês subsequente à emissão do documento;
- (d) Contrato de prestação exclusivo de serviços de administração de obras de investimentos, conservação, serviços de informática e manutenção, cujo valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês seguinte ao do faturamento;
- (e) Prestação de serviços de transmissão de dados, cujos valores são liquidados todo dia 20 do mês seguinte ao do faturamento;
- (f) Doação para auxiliar o custeio das atividades e projetos sociais a serem desenvolvidos pelo Instituto CCR;
- (g) Aplicações financeiras, seus rendimentos e despesas bancárias;
- (h) Valores de tarifa de pedágio cobrados de usuários do sistema de pedágio eletrônico, os quais serão repassados no período subsequente;
- (i) Serviço de escriturações de ações;
- (j) Benefício da previdência privada de colaboradores ativos e desligados;
- (k) Contempla valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração e diretoria.

11. Ativo imobilizado

Taxa média anual de depreciação %	31/12/2021			30/09/2022		
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Outros (b)	Saldo final
Valor de custo						
Móveis e utensílios	4.197	-	(179)	63	-	4.081
Máquinas e equipamentos	32.299	-	(127)	1.249	-	33.421
Veículos	11.520	-	(502)	823	-	11.841
Instalações e edificações	401	-	-	-	-	401
Terrenos	4.722	-	-	-	-	4.722
Equipamentos operacionais	84.794	-	(70)	1.320	(3)	86.041
Imobilizado em andamento	3.669	7.165	(9)	(2.863)	-	7.962
Total custo	141.602	7.165	(887)	592	(3)	148.469
Valor de depreciação						
Móveis e utensílios	21	(3.952)	(245)	179	-	(4.018)
Máquinas e equipamentos	26	(30.125)	(2.371)	126	-	(32.370)
Veículos	37	(9.807)	(1.651)	502	-	(10.956)
Instalações e edificações	50	(396)	(4)	-	-	(400)
Equipamentos operacionais	34	(80.903)	(3.963)	70	-	(84.796)
Total depreciação		(125.183)	(8.234)	877	-	(132.540)
Total geral		16.419	(1.069)	592	(3)	15.929

Notas Explicativas

Taxa média anual	31/12/2020		31/12/2021			
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências		Saldo final
de depreciação %				(a)	Outros (b)	
Valor de custo						
Móveis e utensílios	4.250	-	(94)	41	-	4.197
Máquinas e equipamentos	32.243	-	(595)	651	-	32.299
Veículos	12.034	-	(876)	362	-	11.520
Instalações e edificações	401	-	-	-	-	401
Terrenos	4.722	-	-	-	-	4.722
Equipamentos operacionais	82.502	-	(4)	2.301	(5)	84.794
Imobilizado em andamento	2.921	3.474	(12)	(2.714)	-	3.669
Total custo	139.073	3.474	(1.581)	641	(5)	141.602
Valor de depreciação						
Móveis e utensílios	20	(3.772)	(263)	83	-	(3.952)
Máquinas e equipamentos	23	(27.908)	(2.770)	553	-	(30.125)
Veículos	36	(8.712)	(1.951)	856	-	(9.807)
Instalações e edificações	50	(385)	(11)	-	-	(396)
Equipamentos operacionais	33	(76.594)	(4.313)	4	-	(80.903)
Total depreciação		(117.371)	(9.308)	1.496	-	(125.183)
Total geral		21.702	(5.834)	(85)	(5)	16.419

(a) Reclassificações entre ativo imobilizado e intangível; e

(b) No decorrer do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022 e 2021 o valor refere-se a crédito de IRRF.

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R\$ 143 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022 (R\$ 278 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021). As taxas médias de capitalização no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022 e 2021 foram respectivamente de 0,42% a.m. e de 0,42% a.m., respectivamente (custo de debêntures dividido pelo saldo médio de debêntures).

12. Intangível e infraestrutura em construção

Taxa média anual	31/12/2021		30/09/2022			
	Saldo inicial	Adições	Transferências (a)	Provisão para perda por Impairment (f)	Outros (c)	Saldo final
de amortização %						
Valor de custo						
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	2.151.890	-	20.036	-	(13)	2.171.913
Direitos de uso de sistemas informatizados	15.402	-	779	-	-	16.181
Direitos de uso de sistemas informatizados em andamento	4.136	2.088	(1.371)	-	-	4.853
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	1.353	-	-	-	-	1.353
Direito da concessão gerado na aquisição de negócios	251.709	-	-	-	-	251.709
Total custo	2.424.490	2.088	19.444	-	(13)	2.446.009
Valor de amortização						
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	(*) (1.816.394)	(113.829)	(5.022)	(236.667)	-	(2.171.912)
Direitos de uso de sistemas informatizados	44 (14.468)	(889)	-	-	-	(15.357)
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	(1.353)	-	-	-	-	(1.353)
Direito da concessão gerado na aquisição de negócios (b)	(*) (229.679)	(16.215)	-	-	-	(245.894)
Total amortização	(2.061.894)	(130.933)	(5.022)	(236.667)	-	(2.434.516)
Total intangível	362.596	(128.845)	14.422	(236.667)	(13)	11.493
Infraestrutura em construção	78.205	208.147 (e)	(15.014)	(84.083)	(40)	187.215
Valor de custo						
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	1.539.417	581.392 (d)	-	31.406	(325)	2.151.890
Direitos de uso de sistemas informatizados	15.065	-	-	349	(12)	15.402
Direitos de uso de sistemas informatizados em andamento	3.328	1.859	(61)	(990)	-	4.136
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	1.353	-	-	-	-	1.353
Direito da concessão gerado na aquisição de negócios (b)	251.709	-	-	-	-	251.709
Total custo	1.810.872	583.251	(61)	30.765	(337)	2.424.490
Valor de amortização						
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	(*) (1.185.821)	(630.573) (d)	-	-	-	(1.816.394)
Direitos de uso de sistemas informatizados	43 (13.779)	(689)	-	-	-	(14.468)
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	(1.353)	-	-	-	-	(1.353)
Direito da concessão gerado na aquisição de negócios	(*) (208.604)	(21.075)	-	-	-	(229.679)
Total amortização	(1.409.557)	(652.337)	-	-	-	(2.061.894)
Total intangível	401.315	(69.086)	(61)	30.765	(337)	362.596
Infraestrutura em construção	34.298	75.329 (e)	-	(31.406)	(16)	78.205

Notas Explicativas

- (*) Amortização pela curva de benefício econômico;
- (a) Reclassificações entre ativo imobilizado e intangível;
- (b) Direito da Concessão gerado na aquisição de negócios: refere-se ao ágio gerado após a reorganização societária, conforme estabelecido no Protocolo de Incorporação e Instrumento de Justificação datado de 28 de junho de 2005;
- (c) No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022 e 2021 o valor refere-se a desapropriações;
- (d) Em 2021, refere-se ao pagamento de R\$ 585.000 previsto do Termo Aditivo Preliminar Coletivo nº 1, firmado em 29 de junho de 2021, entre a Companhia e o Poder Concedente. Este valor tem sua amortização calculada, considerando a curva de benefício econômico, a partir do início do prazo estendido da concessão definidos nos TAMs de 2006 e subsequentes, até o prazo atual de término da concessão. Tendo em vista que parte destes prazos já transcorreu, o saldo da amortização correspondente, no montante de R\$ 385.022, foi apropriado ao resultado na mesma data de ativação, enquanto a parcela remanescente de R\$ 199.978, está sendo amortizada até o prazo final de cada concessão. Para maiores informações vide nota explicativa nº 1.1 – Acordo preliminar;
- (e) Obras de implantação das Marginais da Rodovia Castelo Branco e implantação do novo acesso à Osasco, ambas obras na SP-280. Além disso, damos destaque às obras previstas em contrato de duplicação da SP-270 Raposo Tavares do km 67+000 ao km 87+200 e contorno alternativo de Brigadeiro Tobias, bem como as obras do Dispositivo do Sertanejo e Hospital de Sorocaba, incluídas nos Termos Aditivos Modificativos nos 23/2022 e 24/2022, respectivamente; e
- (f) No período findo em 30 de setembro de 2022, a Companhia e sua Controladora realizaram testes para apurar a necessidade de provisão de *impairment* de ativos intangíveis e identificaram indícios de *impairment*.

O valor recuperável dos ativos intangíveis foi determinado utilizando o valor em uso para cada unidade geradora de caixa (UGC), que representa uma avaliação econômica por meio do método de fluxo de caixa estimado até o final de cada concessão, descontado a valor presente por taxa que reflita as avaliações atuais de mercado e os riscos do negócio.

Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego/usuários dos projetos de infraestrutura detidos, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB de cada negócio, custos operacionais, inflação, investimento de capital, taxas de descontos e reequilíbrios contratuais.

A Companhia realizou provisão para *impairment* do ativo intangível, no montante de R\$ 320.750, sendo R\$ 236.667 registrado na classe de Direitos de exploração da infraestrutura concedida e R\$ 84.083 registrado na classe de Infraestrutura em construção, para refletir o valor recuperável estimado dos mesmos, em contrapartida de um custo reconhecido no resultado, na rubrica de Depreciação, amortização e *impairment*. A Companhia possui um volume importante de investimentos a serem executados, mas seu prazo remanescente de concessão, até 13 de fevereiro de 2024, é insuficiente para se recuperar os investimentos ainda por amortizar e os investimentos futuros, mesmo levando-se em conta seus direitos regulatórios ainda a serem reequilibrados.

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 5.674 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022 (R\$ 4.302 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021). As taxas média de capitalização no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022 e 2021 foram respectivamente de 0,42% a.m. e de 0,42% a.m., (custo dos

Notas Explicativas

empréstimos dividido pelo saldo médio de debêntures).

13. Debêntures

Série	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Custos de transação incorridos (a)	Saldo dos custos a apropriar em 30/09/2022	Vencimento final	30/09/2022	31/12/2021
1. 8ª Emissão - Série única	CDI + 1,35% a.a.	1,6496%	1.878	337	Dezembro de 2022	464.905	464.928 (b)
Total geral				337		464.905	464.928
Circulante							
Debêntures						465.242	466.261
Custo de transação						(337)	(1.333)
						464.905	464.928

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos de transação incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas de CDI aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação.

Garantias:

- (b) Aval / fiança corporativa da controladora CCR S.A. na proporção de sua participação acionária direta não remunerado.

A Companhia possui contrato de debêntures, com cláusula de *cross default*, que estabelece vencimento antecipado, caso deixe de pagar valores devidos em outros contratos por ela firmados ou caso ocorra o vencimento antecipado dos referidos contratos. Os indicadores são constantemente monitorados a fim de evitar a execução desta cláusula. Não há quebra de *covenants* relacionados às debêntures.

14. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões trabalhistas e cíveis.

14.1 Processos com prognóstico de perda provável

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos; (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

	31/12/2021			30/09/2022		
	Saldo inicial	Constituição	Reversão	Atualização de bases processuais e monetária	Pagamentos	Saldo final
Não circulante						
Cíveis e administrativos	1.986	1.720	(5)	274	(1.671)	2.304
Trabalhistas e previdenciários	1.967	1.197	(75)	155	(448)	2.796
	3.953	2.917	(80)	429	(2.119)	5.100

14.2 Processos com prognóstico de perda possível

A Companhia possui outros riscos relativos a questões cíveis e trabalhistas, avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS não determinam sua contabilização.

Notas Explicativas

	<u>30/09/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Cíveis e administrativos	139	1.452
Trabalhistas	<u>1.530</u>	<u>3.215</u>
	<u>1.669</u>	<u>4.667</u>

A Companhia efetua depósitos judiciais para os processos em andamento e neste período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022 não ocorreram contratações fianças judiciais (não ocorreram contratações fianças judiciais em 31 de dezembro de 2021).

15. Patrimônio Líquido**a. Lucro por ação básico e diluído**

A Companhia possui instrumentos que, potencialmente, poderiam diluir os resultados por ação.

	<u>01/01/2022 a 30/09/2022</u>	<u>01/07/2022 a 30/09/2022</u>	<u>01/01/2021 a 30/09/2021</u>	<u>01/07/2021 a 30/09/2021</u>
Numerador				
(Prejuízo)/Lucro líquido do período	(55.193)	128.810	71.711	(26.981)
Denominador				
Média ponderada de ações ordinárias - básico e diluído (em milhares)	6.988.146	6.988.146	6.988.146	6.988.146
Média ponderada de ações preferenciais - básico e diluído (em milhares)	6.988.146	6.988.146	6.988.146	6.988.146
(Prejuízo)/Lucro por ação ordinária - básico e diluído	(0,00376)	0,00878	0,00489	(0,00184)
(Prejuízo)/Lucro por ação preferencial - básico e diluído - (a)	(0,00414)	0,00966	0,00538	(0,00202)

(a) Para as ações preferenciais da Companhia é assegurado o recebimento de dividendos, em 10% maior que às ações ordinárias.

16. Receitas operacionais

	<u>01/07/2022 a 30/09/2022</u>	<u>01/01/2022 a 30/09/2022</u>	<u>01/07/2021 a 30/09/2021</u>	<u>01/01/2021 a 30/09/2021</u>
Receitas de pedágio	348.342	940.865	295.011	803.093
Receitas de construção (ICPC 01 R1)	72.091	149.985	31.736	49.041
Receitas acessórias	4.037	13.247	4.446	12.399
Receitas de prestação de serviço de partes relacionadas	354	2.395	1.017	3.090
Receita bruta	<u>424.824</u>	<u>1.106.492</u>	<u>332.210</u>	<u>867.623</u>
Impostos sobre receitas	(30.290)	(81.977)	(26.000)	(70.693)
Devoluções de abatimento	(114)	(301)	(80)	(80)
Deduções da receita bruta	<u>(30.404)</u>	<u>(82.278)</u>	<u>(26.000)</u>	<u>(70.773)</u>
Receita operacional líquida	<u>394.420</u>	<u>1.024.214</u>	<u>306.210</u>	<u>796.850</u>

Notas Explicativas

17. Resultado financeiro

	01/07/2022 a 30/09/2022	01/01/2022 a 30/09/2022	01/07/2021 a 30/09/2021	01/01/2021 a 30/09/2021
Despesas financeiras				
Juros sobre debêntures	(16.874)	(44.961)	(12.142)	(22.439)
Capitalização de custos sobre debêntures	1.698	5.817	1.490	4.580
Variação monetária sobre debêntures	-	-	(7.912)	(23.097)
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	-	(2)	-	(4)
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(382)	(873)	(336)	(608)
	<u>(15.558)</u>	<u>(40.019)</u>	<u>(18.900)</u>	<u>(41.568)</u>
Receitas financeiras				
Variação monetária sobre debêntures	-	-	-	925
Rendimento sobre aplicações financeiras	13.732	27.606	2.607	4.476
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	-	1	-	3
Juros e outras receitas financeiras	819	25	467	855
	<u>14.551</u>	<u>27.632</u>	<u>3.074</u>	<u>6.259</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(1.007)</u>	<u>(12.387)</u>	<u>(15.826)</u>	<u>(35.309)</u>

18. Instrumentos financeiros

A política de contratação de instrumentos financeiros, os métodos e premissas adotados na determinação dos valores justos, bem como os critérios de seus registros e classificações hierárquicas são os mesmos divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021.

Todas as operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas informações trimestrais, conforme o quadro a seguir:

Instrumentos financeiros por categoria

	30/09/2022			31/12/2021		
	Valor justo por meio do resultado	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado
Ativos						
Caixa e bancos	3.841	-	-	4.831	-	-
Aplicações financeiras	515.033	-	-	137.505	-	-
Aplicações financeiras vinculadas - conta reserva	1.843	-	-	1.770	-	-
Contas a receber	-	74.991	-	-	76.823	-
Contas a receber - partes relacionadas	-	8.739	-	-	1.830	-
Contas a receber com o Poder Concedente	-	16.868	-	-	-	-
Passivos						
Debêntures (a)	-	-	(464.905)	-	-	(464.928)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(37.757)	-	-	(23.874)
Dividendos e juros sobre o capital próprio	-	-	(11.875)	-	-	(11.875)
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	-	-	(3.848)	-	-	(3.308)
Obrigações com o Poder Concedente	-	-	(1.792)	-	-	(1.575)
	<u>520.717</u>	<u>100.598</u>	<u>(520.177)</u>	<u>144.106</u>	<u>78.653</u>	<u>(505.560)</u>

(a) Valores líquidos dos custos de transação.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Caixa e bancos, aplicações financeiras e aplicações financeiras vinculadas - conta reserva**
Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis. As aplicações financeiras em fundos de investimentos estão valorizadas pelo valor da cota do fundo na data das demonstrações financeiras, que corresponde ao seu valor justo (nível 2). As aplicações financeiras em CDB (Certificado de Depósito Bancário) e instrumentos similares possuem liquidez diária

Notas Explicativas

com recompra na “curva do papel” e, portanto, a Companhia entende que seu valor justo corresponde ao seu valor contábil.

- **Contas a receber, contas a receber - partes relacionadas, contas a receber com o Poder Concedente, fornecedores e outras contas a pagar, fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas, dividendos e juros sobre capital próprio** - Os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações.
- **Obrigações com o Poder Concedente** - Consideram-se os valores contábeis desse instrumento financeiro equivalentes aos valores justos, por se tratar de instrumento financeiro com característica exclusiva, oriundos de fontes de financiamentos específicos.
- **Debêntures mensuradas ao custo amortizado** - Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos (nível 2), os saldos apurados seriam os seguintes:

	<u>30/09/2022</u>		<u>31/12/2021</u>	
	<u>Valor contábil</u>	<u>Valor justo</u>	<u>Valor contábil</u>	<u>Valor justo</u>
Debêntures (a) (b)	465.242	466.752	466.261	472.130

(a) Os valores contábeis estão brutos dos custos de transação.

(b) Os valores justos estão qualificados no nível 2, conforme definição detalhada no item “Hierarquia de valor justo”, a seguir.

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: B3 e Bloomberg), acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI).

Hierarquia de valor justo

A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados a seguir:

	<u>30/09/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Nível 2:		
Aplicações financeiras	516.876	139.275

Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, diferente dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Notas Explicativas

Apresentamos abaixo, as análises de sensibilidade quanto às variações nas taxas de juros.

A Companhia adotou para os cenários de estresse A e B da análise de sensibilidade, os percentuais de 25% e 50%, respectivamente, os quais são aplicados no sentido de apresentar situação que demonstre sensibilidade relevante de risco variável.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de debêntures e aplicações financeiras com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 30 de setembro de 2023 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Risco	Exposição em R\$ ⁽³⁾⁽⁴⁾	Efeito em R\$ no resultado		
		Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
CDI ⁽²⁾	465.242	(16.466)	(19.985)	(23.427)
Efeito sobre debêntures		<u>(16.466)</u>	<u>(19.985)</u>	<u>(23.427)</u>
CDI ⁽²⁾	515.033	63.904	79.786	95.631
Efeito sobre as aplicações financeiras		<u>63.904</u>	<u>79.786</u>	<u>95.631</u>
Total do efeito de ganho ou (perda)		<u>47.438</u>	<u>59.801</u>	<u>72.204</u>
As taxas de juros consideradas foram ⁽¹⁾ :				
	CDI ⁽²⁾	13,65%	17,06%	20,47%

(1) A taxa apresentada acima serviu como base para o cálculo. A mesma foi utilizada nos 12 meses do cálculo:

Nos itens (2) a (4) abaixo, está detalhada a premissa para obtenção da taxa do cenário provável:

- (2) Refere-se à taxa de 30/09/2022, divulgada pela B3; onde os passivos atrelados ao CDI são maiores que as aplicações financeiras, consideramos o aumento da taxa CDI para calcular os cenários estresses;
- (3) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação e também não consideram os saldos de juros em 30/09/2022, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores; e
- (4) Os cenários de estresse contemplam uma depreciação dos fatores de risco (CDI).

19. Compromissos vinculados ao contrato de concessão

a. Compromissos com o Poder Concedente

Outorga Variável

Refere-se à parte do preço da delegação do serviço público, representado por valor variável, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente, correspondente a 3% da receita mensal bruta. A partir de julho de 2013 (exceto outubro de 2013), a alíquota passou a ser de 1,5% sobre a receita bruta mensal, conforme autorizado pelo Poder Concedente.

Notas Explicativas

No decorrer do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022, foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 14.132 referente ao direito de outorga variável (R\$ 12.177 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021).

b. Compromissos relativos à concessão

A Companhia assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contemplam investimentos (melhorias e manutenções) a serem realizados durante o prazo da concessão. Os valores demonstrados refletem o valor dos investimentos estabelecidos no início de cada contrato de concessão, ajustado por reequilíbrios firmados com os Poderes Concedentes e atualizados anualmente pelos índices de reajuste tarifário da Companhia. Em 30 de setembro de 2022 esses compromissos estavam estimados em R\$ 1.659.441 (R\$ 893.126 em 31 de dezembro de 2021). O aumento do valor deve-se principalmente à celebração do TAM nº 25, em 31 de março de 2022. Estimamos que no total, o compromisso de investimento da Companhia, levando-se em conta obras de nível de serviço, em discussão para reequilíbrio, além de considerações discricionárias de investimentos em equipamentos, alcance o montante de R\$ 2.253.945. Para melhores informações vide nota explicativa nº 1 - Contexto operacional.

20. Demonstração dos fluxos de caixa

a. As transações que não afetaram caixa, no período findo em 30 de setembro de 2022 e 2021, estão apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo:

	<u>30/09/2022</u>	<u>30/09/2021</u>
Impostos a recuperar	3	(17)
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	3	(17)
Outros de imobilizado	(3)	17
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	(3)	17

b. A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de recursos.

c. Reconciliação das atividades de financiamento

	<u>Debêntures</u>	<u>Total</u>
Saldo Inicial	(464.928)	(464.928)
Variações dos fluxos de caixa de financiamento		
Pagamento de juros	44.984	44.984
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	44.984	44.984
Outras variações		
Despesas financeiras - Juros sobre debêntures	(44.961)	(44.961)
Total das outras variações	(44.961)	(44.961)
Saldo Final	<u>(464.905)</u>	<u>(464.905)</u>

* * *

Notas Explicativas

Composição do Conselho de Administração

Eduardo Siqueira Moraes Camargo	Presidente
Waldo Edwin Pérez Leskovar	Vice - Presidente
Marcio Yassuhiro Iha	Conselheiro

Composição da Diretoria

Fausto Camilotti	Diretor Presidente e de Relações com Investidores
Cláudio Augusto Soares de Andrade	Diretor de Engenharia e Operações
Eduardo Siqueira Moraes Camargo	Diretor Administrativo Financeiro

Contadora

Fabia da Vera Cruz Campos Stancatti
CRC 1SP190868/O-0

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Concessionária da Rodovia do Oeste de São Paulo S.A.

Barueri - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concessionária da Rodovia do Oeste de São Paulo S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2022, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21(R1) e a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros Assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 10 de novembro de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP014428/O-6

Marcelo Gavioli
Contador CRC 1SP201409/O-1

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

- DECLARAÇÃO DA DIRETORIA -

Em observância às disposições constantes no artigo 31, §1º, inciso (ii), da Resolução CVM nº. 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes ("KPMG") sobre as Informações Trimestrais da Companhia, emitido nesta data, e com as respectivas Informações Trimestrais, relativas ao trimestre encerrado em 30 de setembro de 2022.

Barueri/SP, 10 de novembro de 2022.

FAUSTO CAMILOTTI
DIRETOR PRESIDENTE E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

CLÁUDIO AUGUSTO SOARES DE ANDRADE
DIRETOR DE ENGENHARIA E DE OPERAÇÕES

EDUARDO SIQUEIRA MORAES CAMARGO
DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

- DECLARAÇÃO DA DIRETORIA -

Em observância às disposições constantes no artigo 31, §1º, inciso (ii), da Resolução CVM nº. 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes ("KPMG") sobre as Informações Trimestrais da Companhia, emitido nesta data, e com as respectivas Informações Trimestrais, relativas ao trimestre encerrado em 30 de setembro de 2022.

Barueri/SP, 10 de novembro de 2022.

FAUSTO CAMILOTTI
DIRETOR PRESIDENTE E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

CLÁUDIO AUGUSTO SOARES DE ANDRADE
DIRETOR DE ENGENHARIA E DE OPERAÇÕES

EDUARDO SIQUEIRA MORAES CAMARGO
DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO